

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
FACULDADE DE DIREITO**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ELISANGELA DA SILVEIRA WYSE

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE DOS
DOCENTES**

**RIO GRANDE
2014**

ELISANGELA DA SILVEIRA WYSE

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE DOS
DOCENTES**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Éder Dion de Paula Costa

RIO GRANDE

2014

ELISANGELA DA SILVEIRA WYSE

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE DOS
DOCENTES**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Data: ___/___/___

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Prof. Dr. Éder Dion de Paula Costa (Orientador)

Professor(a)

Professor(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus** por ter me dado saúde, discernimento, paciência e amor para enfrentar os momentos mais difíceis.

À **Universidade Federal do Rio Grande – FURG e a Faculdade de Direito** sob a direção do **Prof. Dr. Carlos André Huning Birnfeld**, pelo ensino público e de qualidade que me proporcionaram ao longo destes seis anos.

À minha família, por tudo que representam, em especial ao meu marido e meu filho, **Dinalô Wyse e Thiago Wyse**, pelo grande amor dedicado, confiança, admiração e paciência a mim dispensados; aos meus pais, **Orlando e Eloah**, que sinto imensa falta, mas que infelizmente não está mais entre nós, que me proporcionaram de forma simples, mas com muito amor e princípios, as oportunidades de ser a pessoa que sou; **aos meus irmãos e sobrinhos**, pelo apoio, companheirismo e amizade.

Aos meus sogros, **Nilton e Suedi**, em especial a minha sogra que por muitos momentos em minha vida foi mais mãe do que sogra, por todo o amor, companheirismo, compreensão e incentivo, em todos os momentos.

Aos professores, que ao longo do curso compartilharam seus conhecimentos, constituindo-se em peças fundamentais na minha formação, em especial ao meu orientador, **Prof. Dr. Éder Dion de Paula Costa**, por despertar meu interesse pelo direito do trabalho, pelo incentivo e pelas contribuições durante o desenvolvimento do trabalho.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e apoio, em especial aos colegas **Clêncio, Andressa, Nicolas, Mariane, Lilian, Lica, Fernanda, Geovane e Marcos** que além de serem do grupo de afinidades foram, ao longo destes seis anos, amigos que trocaram angústias e dividiram os conhecimentos.

Aos colegas de trabalho que sempre tiveram uma palavra de apoio, carinho e incentivo, em especial ao diretor da escola onde trabalho, **o Prof. Neromar**, pela compreensão e apoio principalmente neste último ano onde o tempo sempre parecia ser pouco para realizar tantas tarefas.

RESUMO

WYSE, Elisângela da Silveira. **As condições de trabalho e seus reflexos na saúde dos docentes**. 2014. Trabalho destinado à Conclusão da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

O presente trabalho, destinado à conclusão do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, intitulado “As condições de trabalho e seus reflexos na saúde dos docentes”, fundamenta-se a partir da análise da relação existente entre o meio ambiente do trabalho e os processos saúde-doença do professor da rede pública de ensino, com enfoque na rede pública estadual, a partir da análise de pesquisas já realizadas, bem como através de instrumentos qualitativos como questionários e levantamento de dados. Pretendendo, portanto, elencar acerca das condições nocivas de trabalho que afetam a saúde física e mental dos docentes da rede pública estadual de ensino no Rio Grande do Sul e suas consequências na qualidade de vida pessoal e profissional, bem como seus reflexos na educação. Para discorrer em prol do tema, em função dos objetivos mencionados, irá se tratar também de pesquisa teórica, realizada a partir de fontes primárias, ou seja, pesquisa “bibliográfica” (doutrina) e “documental” (legislação).

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Meio ambiente. Saúde. Doença. Professores.

ABSTRACT

WYSE, Elisangela da Silveira. **Working conditions and their effects on the health of teachers**. 2014. Work for the Conclusion of Law School. Federal University of Rio Grande, Rio Grande.

This work, for the completion of the Law course at the Faculty of Law at the Federal University of Rio Grande, titled "Working conditions and their effects on the health of teachers", is based from the analysis of the relationship between the work environment and the health-disease processes of public school teacher education, focusing on the statewide network, from the analysis of previous studies, as well as through qualitative instruments such as questionnaires and data collection. Intending, therefore, within the possibilities offered clarify about the harmful working conditions that affect the physical and mental health of teachers in the state public schools in Rio Grande do Sul and its consequences on the quality of personal and professional life as well as their consequences for education. To expound on behalf of the subject, according to the goals mentioned, it will also address theoretical survey, conducted from primary sources, i.e., "literature" (doctrine) and "documentary" (legislation) research.

KEYWORDS: Work. Environment. Health. Illness. Teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 O TRABALHO DO DOCENTE E A SOCIEDADE	10
1.1 O TRABALHO E O ADOECIMENTO	10
1.2 O TRABALHO DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA	15
1.3 O MAL-ESTAR DOCENTE: O TRABALHO DO MAGISTÉRIO COMO EXEMPLO DE TRABALHO PENOSO	18
1.4 SUBSÍDIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL – CPERS/SINDICATO	22
2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO	24
2.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL	24
2.2 O ENSINO PÚBLICO PEDE SOCORRO: PESQUISA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL	30
2.3 PESQUISA REALIZADA SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise das “Condições de Trabalho e seus reflexos na saúde dos docentes”, e foi resultado da inquietação que surgiu a partir da experiência profissional da autora desta monografia que ao longo dos dezessete anos de docência trabalhando com crianças e adolescentes, observou os decréscimos e degradações do ensino e seus reflexos na saúde dos professores e, porque não dizer na saúde da própria educação.

A autora é licenciada em História pela Universidade Federal de Rio Grande, e acadêmica do Curso de Direito, tendo experiência profissional e de vida como professora no Ensino Fundamental e Médio. Iniciou sua carreira como professora municipal trabalhando com turmas de 5ª a 8ª séries no interior do Município de São José do Norte na localidade de Bojuru, posteriormente, ainda como professora municipal, trabalhou na cidade com turmas de fundamental por 04 anos.

Tornou-se professora estadual e passou a lecionar no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental Marques de Souza e no Ensino Médio no Instituto Estadual de Educação São José, ambas em São José do Norte. Atualmente, trabalha com o Ensino Fundamental e Médio apenas no Instituto Estadual de Educação São José. Para tanto, acredita que sua experiência profissional como professora e acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Rio Grande lhe proporciona uma visão diferenciada para abordar o assunto proposto no presente trabalho.

O adoecimento do docente cada vez mais tem sido objeto de estudos e pesquisas, devido ao amplo grau de estresse e sofrimento enfrentado pelos professores, por causa aos diversos problemas enfrentados pela categoria, principalmente pela desvalorização profissional enfrentada ao longo do tempo.

Através de pesquisas encomendadas e divulgadas pelo CPERS/Sindicato e aprofundadas por pesquisa de campo realizada no Instituto Estadual de Educação São José em São José do Norte, escola onde a autora da presente monografia leciona, questiona-se o meio ambiente de trabalho e o processo de adoecimento apresentado pelos professores.

Parte-se da hipótese, contudo, que o trabalho é fato gerador de sofrimento para os trabalhadores em educação, devido a condições oferecidas não adequadas para uma boa execução das tarefas, excesso de trabalho e desvalorização

profissional, surgem, dentre outras, como causas do adoecimento dos professores.

A liberdade de estruturar o seu labor possibilita ao trabalhador realizar as tarefas de acordo com sua personalidade. O sofrimento patogênico aparece quando não acontece a realização do trabalho de acordo com a estrutura da personalidade, fato que debilita seu aparelho mental e psíquico. Segundo a Psicopatologia do Trabalho os principais sofrimentos no trabalho são o medo e a ansiedade e que para sobreviverem os trabalhadores, criam procedimentos defensivos tais como o da defesa protetora (adaptativa) ou da defesa explorada. Nessa última surge a alienação no trabalho, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho atinge um grau máximo de preocupação¹.

O trabalho apresenta dois capítulos. O primeiro “O trabalho docente e a sociedade” encontra-se dividido em quatro subitens, o primeiro refere-se ao trabalho e o adoecimento de uma forma geral, seu processo de evolução, suas características e sua relação com o adoecimento dos trabalhadores. O segundo subitem aduz ao trabalho docente e sua importância, dando uma breve evolução histórica da educação, dos seus agentes e destacando a importância da mulher na carreira do magistério. O terceiro subitem trata do trabalho do magistério como um exemplo de trabalho penoso. Procura entender os motivos pelos quais o trabalho docente estabelece as características da penosidade. E, o quarto subitem expõe os subsídios utilizados pelo CPERS/Sindicato para a realização da pesquisa acerca das condições de trabalho e o adoecimento do trabalhador em educação, o processo metodológico da pesquisa, seus objetivos, hipóteses e a descrição de como foi realizada a pesquisa de campo.

O segundo capítulo “Condições de trabalho e saúde do trabalhador em educação” divide-se em três subitens, o primeiro fala das reais condições de trabalho e saúde dos trabalhadores em educação e os problemas enfrentados pela categoria que geram o sofrimento e o conseqüente adoecimento. O segundo subitem relata as pesquisas realizadas pelo CPERS/Sindicato onde revela as condições de precariedade das escolas públicas e do ensino público da rede estadual de ensino. E, o terceiro subitem expõe dados relativos a pesquisa realizada sobre a saúde mental dos trabalhadores em educação, sofrimento e prazer no

¹ DEJOURS, Christophe, 1949. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho/Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. – 5. ed. ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 25.

trabalho e os males desencadeados por este processo.

Nas considerações finais sintetizo o que foi analisado, concretizando o objetivo de mostrar através das análises propostas à provocação discussões e proposições mais afinadas, buscando soluções para que todos os trabalhadores em educação tenham, acima de tudo, um trabalho valorizado, em um ambiente de trabalho digno e sem sofrimento.

1 O TRABALHO DO DOCENTE E A SOCIEDADE

1.1 O TRABALHO E O ADOECIMENTO

Primeiramente é necessário perguntar-se, qual a relação existente entre o trabalho e o adoecimento, já que se entende por necessário a sobrevivência humana a ocupação laboral? Como bem diz Paulo Sérgio do Carmo em A ideologia do trabalho, a instabilidade diante do desemprego transforma o ser humano em, visto que vivemos em uma sociedade onde o sucesso profissional é pressuposto fundamental para a inserção social, um fracassado, um descartável².

Apesar disto, não ocorre apenas desta forma. O desemprego é sim, sem dúvida, algo que atinge diretamente a autoestima do trabalhador, mas existem outros fatores que procuraremos destacar ao longo deste trabalho que influenciam muito a saúde do trabalhador empregado.

Sabemos que todas as pessoas têm direito ao trabalho, tendo amparo legal garantido pela Constituição Brasileira de 1988, quando em seu art. 6^o³ diz, entre outros, que o trabalho é um direito social.

Porém é preciso pensar na situação em que o trabalhador está vivendo o seu trabalho e em que medida as condições de trabalho não estão fazendo com que sua função se torne algo estranho. Como aponta Catarina de Almeida Santos e Edmilson Ramos Camargos, pensar a saúde do trabalhador significa:

Pensar a saúde e a doença destes sujeitos implica pensar em trabalho, nas relações sociais de produção, formas de organização da sociedade; implica falar em sujeitos, homens e sua constituição histórica, em humanização, em determinados momentos históricos, sob determinadas formas de organização da organização da sociedade, e em processos de desumanização, alienação e exclusão social⁴.

Além do direito ao trabalho deve ser garantido ao trabalhador um ambiente digno, que lhe dê condições de trabalho, aliás, um termo bastante genérico como

² CARMO, Paulo Sérgio. A ideologia do trabalho. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 1992, p. 12.

³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2014)

⁴ SANTOS, Catarina de Almeida; CAMARGOS, Edmilson Ramos. Terceirização e adoecimento dos funcionários de escola. Revista Retratos da Escola. Brasília: CNTE, v.6, n.11, julho a dezembro de 2012, p. 365.

explica Christiani Marques⁵, pois trata do sistema organizativo de suas atividades e reflete o seu ambiente, que pode condicionar a capacidade produtiva da pessoa humana, com violação ou não da sua integridade, em decorrência de fatores que interferem na execução da atividade do labor.

Nesta mesma esteira, o Senado Brasileiro em Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994, a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) essa convenção impõe, em seu artigo 4º, item 2:

1. Todo Membro deverá, em consulta às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, e levando em conta as condições e a prática nacionais, formular, por em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.
2. Essa política terá como objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho, tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho⁶.

E o direito ao meio ambiente do trabalho saudável decorre do Direito do Trabalhador à saúde e a segurança e está garantido na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXII⁷. O meio ambiente do trabalho é o local onde as pessoas desempenham suas atividades de trabalho e deve ser salubre, sem agentes que causem danos a sua saúde física ou psíquica.

No entanto, ao pensarmos no conceito de trabalho, vemos que em sua origem a palavra latina *tripaliare*, ou martirizar com *tripalium*, significa instrumento com três estacas utilizado para tortura. Surgindo, então, do latim *tripaliu* as expressões neolatinas *travaglio*, *travail*, *trabajo* e finalmente trabalho⁸.

Sendo por isso o trabalho historicamente associado à ideia de sofrimento, castigo, penosidade, algo sem compromisso com a dignidade humana. No Mundo Antigo o trabalho era feito por escravos, aqueles que detinham acesso ao conhecimento, pois o valor estava no homem que tinha o saber, ligado à filosofia e a

⁵ MARQUES, Christiani. A proteção ao trabalho penoso. São Paulo: LTr, 2007, p. 25.

⁶ Convenção número 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1254.htm. Acesso em: 15/08/2014.

⁷ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; (BRASIL, 2014).

⁸ MARQUES, 2007, p. 19.

ciência⁹.

Já na Idade Moderna, como elucida Christiani Marques, a ascensão da burguesia faz surgir o trabalho manual no lugar do escravo:

[...] em razão da ascensão da burguesia e do surgimento da classe do proletariado, com a evolução do sistema econômico voltado para o processo de industrialização, o labor deixou de ser eminentemente escravo e surgiu o trabalho manual. Em consequência disso, e com o surgimento das primeiras máquinas industriais, nessa nova fase começam a surgir os conflitos trabalhistas, tendo em vista que o exercício do trabalho estava submetido a condições insalubres, perigosas e penosas, resultando em grande número de acidentes e doenças ocupacionais, pois não havia limites físicos e psicológicos para o exercício da jornada de trabalho, nem tampouco higiene no ambiente laborativo¹⁰.

Com o advento da Revolução Industrial em 1750, o trabalho digno ou mesmo a dignidade humana era algo não pensado. O trabalhador naquela época custava pouco e era fácil sua substituição. Vidas eram condenadas, nos anos finais do século XIX e início do século XX, existiam verdadeiros espaços de confinamentos de seres humanos, cujo estado físico e mental era considerado um peso, tornando-os produtivamente inúteis. Percepções que foram mudando no decorrer da história. Porém, a Revolução Industrial foi um marco no processo de produção, com redução de custo e aumento de empregos, mesmo existindo riscos no trabalho. A industrialização era um fato concretizado, mas a preservação a integridade física e psíquica do trabalhador era ignorada. Os riscos de acidente de trabalho eram cada vez maiores, não havia nenhum tipo de proteção, os ambientes eram inadequados¹¹.

Na virada do século XX, surge com Frederick Taylor, engenheiro norte-americano a administração científica ou o taylorismo, teremos então, o trabalho “taylorizado”, com uma organização tão rígida que não só domina a vida durante as horas de trabalho, mas também o tempo fora do trabalho¹².

Segundo Christophe Dejours, o desenvolvimento este sistema desenvolvido por Taylor era:

⁹ MARQUES, 2007, p. 19.

¹⁰ MARQUES, 2007, p. 19.

¹¹ MARQUES, 2007, p. 19 e 20.

¹² DEJOURS, Christophe, 1949. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho/Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. – 5. ed. ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 37.

[...] pode-se advinha caso ainda não se saiba, é o aumento da produtividade. Taylor que durante seus estudos, teve uma aprendizagem de operário, formulava contra os operários a reprimenda de “vadiagem”. A “vadiagem no local de trabalho” não era tanto os momentos de repouso que se intercalavam no trabalho, mas as fases durante as quais os operários, pensava ele, trabalhavam num ritmo menor do que aquele que deveriam ou poderiam adotar. A vadiagem foi assim denunciada como perda de tempo e dinheiro¹³.

Ainda, conforme esclarece Christophe Dejours, “O homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar à luz a um aborto: um corpo instrumentalizado-operário de massa (1992, apud, CORIAT, 1979) – despossuído de seu equipamento intelectual e mental”¹⁴.

Entretanto, o trabalho elemento é essencial à vida, é vital a pessoa humana, deve-se respeitar a integridade do trabalhador em seu dia-a-dia, porque os atos adversos irão atingir diretamente a sua dignidade. O trabalho não é somente a força física, está para, além disso, pois envolve a capacidade do ser humano de produzir de forma a pesquisar, investigar, dirigir e planejar. Trabalha-se com a força física e intelectual, fato que dá ao trabalho seu significado mais nobre¹⁵.

Mudanças ocorreram no mundo do trabalho, mas não podemos afirmar que foram para melhorar e respeitar a integridade do trabalhador no seu cotidiano, como comenta Herval Pina Ribeiro, as exigências corporais do trabalho contemporâneo mudaram, por que:

[...] a automação microeletrônica reduziu o esforço muscular bruto, de elevado gasto calórico. Mas a redução energética das tarefas fabris não deve ser vista como redução de exigência do labor, pois o trabalho com esforço físico foi substituído pelo uso de outros órgãos e centros vitais, como a atenção, a emoção, a audição, a fala, a visão. Hoje, a morbidez do trabalho recai, pesadamente, sobre órgão que comandam a vida de relação: o psiquismo, a subjetividade, a afetividade e o comportamento social¹⁶.

A vida tornou-se quase totalmente urbana, sendo que suburbana para a classe trabalhadora, e além da expropriação do trabalho foi acrescido ao mundo do trabalhador os desgastes do tempo de transporte por consequência menos tempo

¹³ DEJOURS, 1992, p. 37.

¹⁴ DEJOURS, 1992, p. 39.

¹⁵ MARQUES, 2007, p. 21.

¹⁶ RIBEIRO, Herval Pina. Trabalho, saúde e cidadania: As LER e os transtornos de voz. Revista Cadernos de Educação – Saúde dos (as) Trabalhadores (as) em Educação, Brasília: CNTE, Ano XV, n.22, janeiro a junho de 2010, p. 50-51.

para o lazer que foi transformado em tempo de trabalho e as horas de refeição passaram a ser feitas dentro ou nas redondezas do trabalho¹⁷.

Por certo, o trabalho é elemento essencial à vida e isso é inquestionável. “Logo, se a vida é o bem jurídico mais importante do ser humano e o trabalho é vital à pessoa humana, deve-se respeitar a integridade do trabalhador em seu cotidiano, pois atos adversos vão, por consequência atingir a dignidade da pessoa humana.”¹⁸.

A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental e está presente na satisfação do bem estar físico, intelectual, moral e psicológico do trabalhador, para isso é preciso um ambiente saudável onde deverá cumprir suas obrigações e em troca para satisfazer suas necessidades financeiras, visando qualidade de vida¹⁹.

Contudo, no complexo mundo do trabalho, a subjetividade do trabalhador sofre alterações, pois o ser humano tem uma estrutura sujeita a alterações psicológicas, estão sujeitos a ansiedades, angústias, geradas pelo contexto em que vive. O que facilita o processo de adoecimento do trabalhador. De modo geral, dos processos saúde-doença do trabalhador surgem a partir de aspectos biológicos, psicológicos, psicossociais e sócio-institucionais.

De acordo com Dejours, o processo de adoecimento dos trabalhadores está intimamente ligado ao sofrimento no trabalho, que por sua vez, está relacionado com a organização do trabalho e conteúdo da tarefa:

Fadiga, carga de trabalho e insatisfação. Ao invés de fazer referência à noção de carga psíquica do trabalho, que corresponde, antes de tudo, à preocupação em apresentar uma concepção coerente com a ergonomia contemporânea, é melhor interrogar-se sobre o custo humano de insatisfação. [...] O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação²⁰.

A divisão do trabalho delimita o conteúdo significativo da tarefa e considera que a organização pode delimitar a liberdade de cada trabalhador escolher e organizar, ou seja, intervir sobre o conteúdo do trabalho, a divisão das tarefas e dos trabalhadores e as relações intersubjetivas na organização do trabalho. E, assim,

¹⁷ RIBEIRO, 2010, p. 51.

¹⁸ MARQUES, 2007, p. 21.

¹⁹ MARQUES, 2007, p. 40.

²⁰ DEJOURS, 1992, p. 51-52.

quanto menor essa possibilidade da livre estruturação da tarefa, maior a debilitação da saúde do trabalhador²¹.

A liberdade de estruturar o seu labor possibilita ao trabalhador realizar as tarefas de acordo com sua personalidade. O sofrimento patogênico aparece quando não acontece à realização do trabalho de acordo com a estrutura da personalidade, fato que debilita seu aparelho mental e psíquico.

1.2 O TRABALHO DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA

A docência na educação básica tem o predomínio do sexo feminino, sendo os docentes homens a minoria. Essa distribuição está diretamente ligada à questão de gênero, pois historicamente fatores levaram as mulheres a ocupar espaços nos setores da saúde e educação, devido à aproximação com suas atividades domésticas. A lei do ensino de 1827 (VIEIRA, 2004, apud, BRUSCHINI & AMADO, citando SAFFIOTI), confirma o direito da mulher a instrução, mas admite seu ingresso apenas na escola primária, havia diferenças nos conteúdos curriculares, as mestras não podiam ensinar geometria e, por ser essa matéria o parâmetro de definição de salários, ganhavam menos²².

De acordo com Juçara Dutra Vieira, o início da formação feminina foi o curso normal, fato que possibilitou o seu acesso aos cursos de formação superior. Mas por força da cultura a atuação feminina na educação é vinculada à infância, à maternidade, dizendo que:

[...] a possibilidade um turno fez com que, durante muito tempo, os níveis elementares fossem quase que exclusivamente de responsabilidade das mulheres. Aliás, a “professora primária, assim, no feminino, e não o “professor primário” tem fortíssima carga simbólica responsável, e grande medida, pelos dois mitos que, até hoje, procuramos superar: o apostolado e o apoliticismo²³.

A profissão docente foi marcada pelo moralismo que, segundo Juçara Dutra Vieira, “[...] um moralismo que protegia os interesses da comunidade que tornava a professora praticamente prisioneira da escola”²⁴.

²¹ DEJOURS, 1992, p. 52.

²² VIEIRA, Juçara Dutra. Identidade Expropriada: um retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE – 2ª edição, 2004, p. 11.

²³ VIEIRA, 2004, p. 12.

²⁴ VIEIRA, 2004, p. 12.

No entanto, como bem esclarece Juçara Dutra Vieira, quando as mulheres assumiram as funções do magistério secundário levaram consigo o encargo da desvalorização salarial:

[...] a mulher carregou o peso da desvalorização salarial. Isso porque os cursos de formação mais baratos em função da pouca exigência de aparatos tecnológicos, também se tornaram espaços de maior influência feminina. Antes da reforma do ensino de 1971, muitos, professores do curso ginásial, clássico e científico – mais seletivos e melhores remunerados – eram profissionais liberais, como médicos, dentistas, engenheiros e advogados. Nesse caso, suas possibilidades de vida política ativa não eram legitimadas pela docência, mas pela profissão real. Idêntico raciocínio pode ser feito com relação ao salário que, mesmo não se constituindo numa elevada remuneração, também correspondia a uma dedicação parcial. Portanto, os homens estavam um pouco menos suscetíveis à cobrança de que o magistério era um sacerdócio²⁵.

Também Maurice Tardif e Claude Lessard dissertam sobre as normativas moralizantes da educação:

[...] Essas visões normativas e moralizantes têm suas razões históricas no *ethos* religioso da profissão de ensinar, que é antes de tudo um trabalho orientado por uma ética do dever com o forte conteúdo religioso, fundamentado na obediência cega e mecânica a regras codificadas por autoridades escolares, e muitas vezes, religiosas²⁶.

Para Juçara, estes rótulos foram superados pelas lutas sindicais e que elas também “(...) anunciaram à sociedade o processo de proletarização da profissão.”²⁷.

O número de mulheres no magistério continua sendo superior e ocorre também pouca renovação de pessoal na categoria, muito porque por ser uma profissão pouco atrativa, desestimula os jovens a ingressarem na profissão.

Segundo Juçara Dutra Vieira, nos últimos anos a população urbana cresceu consideravelmente e provocou um aumento da demanda de escolaridade exigindo um maior número de profissionais:

Por um lado, os empregos, especialmente nos setores secundários e terciário da produção, passam a requerer um certo nível de instrução. Tanto que os menos qualificados, quando conseguem, acabem obtendo um posto na construção civil, por exemplo, onde as tarefas braçais têm ainda bastante peso. De outro lado, a necessidade que os pais têm de trabalhar,

²⁵ VIEIRA, 2004, p. 12-13.

²⁶ TARDIF, Maurice. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas/Maurice Tardif, Claude Lessard; tradução de João Batista Kreuch. 4ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.36.

²⁷ VIEIRA, 2004, p. 13.

faz com que dependam da escola cada vez mais cedo. Sem falar, logicamente do direito à educação, a partir da infantil, como fator de socialização e de inclusão social, seja qual for a condição social da criança. Desse modo, aumentou a oferta da educação primária -, hoje fundamental - o que exigiu um grande número de profissionais²⁸.

O aumento da demanda acabou por forçar os profissionais da educação a multiplicar suas atividades, assumindo atividades em outros turnos, assim argumenta Juçara:

[...] Claro que os baixos salários têm relação direta com a multiplicação de jornadas, [...] que vão a 60 horas semanais! - tanto na mesma ou em diferentes escolas e redes. [...] Mas isso não é tudo, professores e funcionários de escola vendem pão, roupa, bijuterias, perfumes e sei lá o que mais. A própria escola serve como local de venda e os recreios, os intervalos permitem um tempinho para a comercialização. Talvez alguns a façam por aptidão ou como lazer mas, sem dúvida, a grande maioria é para garantir a sua própria subsistência²⁹.

Como também discorrem Flavia Maria de Barros Nogueira e Antônio Roberto Lambertucci em artigo publicado na Revista Retratos da Escola – “O SNE e o cuidado com a saúde para a valorização do educador”:

Os baixos salários obrigam os professores a extensas jornadas de trabalho em várias escolas, despendendo excesso de tempo em deslocamento e envolvendo-se com um enorme número de turmas em diferentes turnos. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelam que 20% dos docentes trabalham em mais de uma escola e há casos de acúmulo de função docente em até cinco estabelecimentos (apud BRASIL, 2011). Dados do mesmo instituto revelam, ainda, que 32% dos docentes trabalham em dois turnos e 6,8% trabalham em três turnos³⁰.

Aos docentes não são deixadas, alternativas, senão as longas jornadas de trabalho, o acúmulo de carga horária, as diversas turmas com um extenso número de alunos, pois essa é a maneira de conquistar um salário minimamente digno para o seu sustento e de sua família. Para tanto se sujeita as precárias condições que lhe são oferecidas, obviamente não deixa de questionar, mas acaba por interiorizar os diversos problemas existentes e mesmo percebendo que está doente não consegue mudar sua realidade. O que o deixa ainda mais doente.

²⁸ VIEIRA, 2004, p. 15.

²⁹ VIEIRA, 2004, p. 16-17.

³⁰ NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros; LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. O SNE e o cuidado com a saúde para a valorização do educador. Revista Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v.6, n.11, julho a dezembro de 2012, p. 358.

Para Miguel Arroyo, ser educador é:

Logo ser educador é ser o mestre de obras do projeto arquitetado de sermos humanos. Essa é a imagem mais pesada e inquietante que provoca amor e ódio. [...] A função pedagógica, educativa não é apenas um dever para os educandos, mas para os mestres. É um ofício que nos interroga, nos confronta com nosso próprio dever ser o protótipo de ser humano possível entre nós. [...] Pensar e mexer com a formação humana é um pensar nossa própria formação, nosso próprio percurso³¹.

A realidade é exatamente esta, o educador é um ser humano lidando com a formação humana. É o protagonista do desenvolvimento ou não de uma nação, pois é através do ofício de mestre que milhares e milhares de crianças, jovens e adultos são alfabetizados todos os anos. É através da educação que tornamos possível a busca pela igualdade, pelo conhecimento, pelo senso crítico, por pensar um mundo melhor, por lutar para obtermos esse mundo melhor, lutar pelos nossos direitos, exigir justiça social e acima de tudo adquirir consciência que somos uma parte de um todo.

1.3 O MAL-ESTAR DOCENTE: O TRABALHO DO MAGISTÉRIO COMO EXEMPLO DE TRABALHO PENOSO

Conceituar trabalho penoso é indicar parâmetros avaliativos ao ferimento da dignidade humana do trabalhador, a adequação de seu meio ambiente de trabalho e averiguar a vivência permanente de trabalho penoso nos seus limites, proibições e critérios remuneratórios³².

O termo penoso foi aprovado e promulgado no Texto Constitucional de 1988, no seu artigo 7º, XXIII como adicional para atividade penosa:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; [...]³³.

No entanto, antes da Lei Maior a apreciação do trabalho penoso teve início na Lei n. 3.807 de 26 de agosto de 1960, revogada, que instituiu as aposentadorias

³¹ ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 41.

³² MARQUES, 2007, p. 61.

³³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

especiais para os trabalhos penosos, insalubres e perigosos, além de outras normas posteriores que dispuserem sobre o adicional de penosidade. O artigo depende de regulamentação para ser efetivado, porém, segundo Christiani Marques, nada evita seu pagamento por simples munificência ou segundo normas coletivas de trabalho. Como é o caso do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, onde há previsão para o pagamento (artigo 71, Lei n.8.112/90)³⁴.

Dentre outras profissões como a de motorista, cobradores de ônibus, taxistas, telefonistas, bancários, trabalhadores em jornada de turno ininterrupto de revezamento, altos executivos, entre outros, o trabalho do magistério é classificado como sendo também uma atividade penosa por se enquadrar nas especificidades da penosidade, como por exemplo, trabalhos que exercem posturas incômodas, viciosas e fatigantes; apresentam esforços repetitivos; necessitam de excessiva atenção ou concentração; têm contato com o público que acarrete desgaste psíquico e trabalho direto com pessoas em atividades de atenção e educação que acarretem desgaste psíquico e físico³⁵.

Conforme caracteriza Christini Marques, a atividade do magistério caracteriza-se como atividade penosa:

A atividade do magistério também afeta a saúde, em razão da exaustão emocional que muitas vezes faz com que a pessoa perca sua relação com o trabalho e a identidade profissional. É evidente que tais fatores se acelerem quando o ambiente de trabalho é inadequado, como por exemplo, as escolas mal aparelhadas ou sem coordenação efetiva para apoiar professores³⁶.

Para Christini, o professor absorve as aflições e as amarguras dos alunos e do meio ambiente de seu trabalho e acaba por desenvolver as consequências da atividade penosa como transtorno do sono, cefaleia, falta de concentração, descontrole emocional e fadiga excessiva³⁷.

A atividade do magistério é caracterizada como danosa à saúde e integridade física do professor, por isso tem-se uma aposentadoria diferenciada. Entretanto,

³⁴ MARQUES, 2007, p. 60.

³⁵ MARQUES, 2007, p. 64-85.

³⁶ MARQUES, 2007, p. 85.

³⁷ MARQUES, 2007, p. 86.

mesmo protegida constitucionalmente existem ataques sistemáticos tentando desconstituir as características da atividade do professor³⁸.

Primeiramente a atividade do magistério foi enquadrada como especial pelo Decreto nº 53.831/64³⁹, com direito a aposentadoria especial de 25 anos. Com o Decreto nº 83.080/79⁴⁰, não foi mantida no rol das atividades especiais assim como nos regulamentos posteriores. Com a Emenda Constitucional nº 18/1981⁴¹ ocorre a exclusão da categoria profissional dos professores o rol das atividades profissionais ditas especiais tendo amparo na existência de regras específicas relativas à aposentadoria especial do professor.

Como disposto nos artigos 40, § 5º e artigo 201, § 8º da Constituição Federal são consideradas funções do magistério a exercida em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades:

Art. 40. [...] § 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 201. [...] § 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio⁴².

E também na Lei nº 11.301/2006 destaca-se que além do exercício da docência outras atividades no âmbito escolar dizem respeito à docência:

[...] § 2º Para os efeitos do disposto no §5º-do art. 40 e no § 8º-do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da

³⁸ SALVADOR, Mebel Wolff. O professor e a previdência social. Professores: direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores do ensino privado/homenagem a Evandro Lins e Silva; José Luciano de Castilho Pereira, coordenador. – São Paulo: LTr, 2008, p. 184.

³⁹ BRASIL. [Decreto No 53.831, de 25 de março 1964](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D53831.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D53831.htm. Acesso em: 16/08/2014.

⁴⁰ BRASIL. [Decreto No 83.080/79, de 24 de janeiro 1979](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D83080impressao.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D83080impressao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

⁴¹ BRASIL. Emenda Constitucional Nº 18, de 30 de Junho de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-81.htm. Acesso em: 16/08/2014.

⁴² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico⁴³.

Sendo assim, as atividades exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. Ficando à mercê da garantia aqueles que não conseguirem comprovar as atividades educativas conforme estabelece a norma.

De acordo com Mebel Wolff Salvador, observa-se através da evolução legislativa da aposentadoria do professor no Brasil uma gradual desvalorização da educação, refletindo no desprestígio do professor perante a escola e a sociedade. A educação é tratada como mercadoria, a escola uma empresa e o aluno como um cliente, torna-se o ambiente escolar um lugar prejudicial à saúde do professor⁴⁴.

Difícil será amoldar-se ao aforismo capitalista de educação comércio como o apregoado pela LDBEN em seu artigo 2º, onde diz:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho⁴⁵.

Como desenvolver plenamente o educando, preparando-o para a cidadania e qualificá-lo para o trabalho, quando o aluno é o cliente e na máxima do comércio “o cliente sempre tem razão”. Desgasta-se, então, a peça mais frágil da engrenagem, o educador, o professor⁴⁶.

Hoje a garantia de 25 ou 30 anos para a aposentadoria especial para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, depende da idade mínima exigida. Sendo assim, a única garantia dos professores é que terão direito a aposentadoria com tempo de contribuição menor que a dos outros segurados, o que

⁴³ BRASIL. Lei 11.03, de 10 de maio de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11301.htm. Acesso em: 16/08/2014.

⁴⁴ SALVADOR, 2008, p. 185.

⁴⁵ BRASIL. [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16/08/2014.

⁴⁶ SALVADOR, 2008, p. 185.

não significa que se aposentarão com 25 anos de contribuição a mulher e 30 anos de contribuição o homem, dependerá qual foi à idade que ingressaram na carreira do magistério.

Quanto ao adicional de penosidade que a Constituição Federal prevê, pode ser um falso juízo de justiça, quando na verdade o que tem que ser feito são as implementações de melhoria no ambiente de trabalho que visem pela prevenção dos riscos do trabalho como descansos adicionais, carga horária reduzida, valorização profissional e salarial para que o professor não se sobrecarregue com a finalidade de aumentar os seus vencimentos e, por consequência fique doente.

1.4 SUBSÍDIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL – CPERS/SINDICATO

O CPERS/Sindicato preocupado com as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores em educação e por acreditar que essa é uma necessidade prioritária da categoria. Vem investindo em pesquisas e material de esclarecimento e orientação acerca da saúde do trabalhador, do meio ambiente do trabalho, a fim de desenvolver a reflexão coletiva, para que os mesmos possam estabelecer a relação existente entre o trabalho e sua saúde mental e física⁴⁷.

Acredita que a organização social do trabalho inserida na lógica do capital, influencia muito na saúde do trabalhador, na medida em que foca na apropriação da força de trabalho, sem se preocupar com as condições que a mesma é oferecida⁴⁸.

Para tanto realizou pesquisa através da Agência de Publicidade INTERLIG-SE Ltda., buscando avaliar as escolas e o ensino público estadual e esclarecer as condições de trabalho e o adoecimento do trabalhador, para tanto foram feitas pesquisas da seguinte forma:

Uma pesquisa quantitativa de cunho exploratório e investigativo, fazendo uso da técnica de coleta de dados por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas, dividindo a população alvos em dois grandes grupos, estatisticamente representativos: sendo o primeiro composto por diretores, vice-diretores e secretários; e o segundo composto por professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis.

⁴⁷ CPERS/Sindicato. REVISTA: O ENSINO PÚBLICO PEDE SOCORRO: Pesquisa nas escolas públicas da rede estadual. Direção do CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 03.

⁴⁸ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES. Cuidado! A saúde da educação está em perigo. Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato, 2011, p. 04.

Uma pesquisa qualitativa, orientada por um roteiro de pesquisa, mediante a construção de “diários de campo”, através de observação participante dos investigadores, tendo como resultado os registros de suas observações *in loco*, os depoimentos dos investigados e os registros fotográficos dessas experiências.

As entrevistas foram realizadas face a face, nas escolas definidas através do plano amostral, entre os dias 1º de julho e 22 de outubro de 2009.

O plano amostral foi construído segundo o censo escolar de 2008, contando o Estado do Rio Grande do Sul com um total de 2.688 escolas. Partindo desse dado, foi definida uma amostra efetiva final de 226 escolas, representantes do universo em investigação. O plano amostral contou ainda com duas estratificações: geográfica, dividindo o estado em sete mesorregiões e outra por porte das escolas, baseada no número de alunos. Foram entrevistadas 452 pessoas, de 122 cidades em todo o Estado⁴⁹.

Em 2011 foi lançado o Projeto de Proteção à Saúde dos Trabalhadores em Educação, desde então, foram publicadas cartilhas com o intuito de dar prosseguimento ao projeto e desenvolver reflexão coletiva acerca da saúde dos mesmos. O objetivo principal é formar, informar e organizar os membros da categoria para que adquiram a capacidade de identificar a relação que se estabelece entre o seu trabalho e sua saúde mental, também para procurar desenvolver mecanismos capazes de assegurar a proteção e a segurança na sua atividade laboral e na condução da sua vida profissional⁵⁰.

O lançamento do projeto foi promovido mediante a realização de seminários de formação e informação aos membros da categoria nos 42 Núcleos do CPERS/Sindicato, onde foram tratados os temas: O trabalho e a Construção da identidade; Nexo entre o Trabalho e a Doença; Direito Ambiental; Propostas para a proteção dos Trabalhadores em Educação e divulgação da Pesquisa sobre a Saúde Mental dos Trabalhadores em Educação realizada em 2011, a qual será abordada no próximo capítulo física⁵¹.

⁴⁹ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 05.

⁵⁰ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 05.

⁵¹ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 05.

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO

2.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL

Objetivando conseguir apoio para os conhecimentos absorvidos ao longo da vida docente e confirmação de dados fornecidos por pesquisas realizadas pelo CPERS/Sindicato, foi aplicado para treze professores do Instituto Estadual de Educação São José (20% do corpo docente), escola situada em São José do Norte, um questionário por amostragem (anexo A), onde são feitas algumas perguntas pertinentes ao trabalho e à saúde dos trabalhadores daquela instituição.

Como dito antes, imperativo se faz assinalar que o trabalho é um ponto essencial na vida de todas as pessoas. Na vida dos trabalhadores em educação o trabalho não ocorre somente no ambiente escolar, pois são passadas horas nas escolas e ainda leva-se muito trabalho para casa, dos treze professores questionados apenas três afirmaram que levam às vezes trabalho para casa, mas dez responderam que sempre levam trabalho para casa. O envolvimento é tão grande que nem ao dormir o professor se desliga das tarefas pendentes.

É por isso, que as condições de trabalho, o meio ambiente do trabalho, a cooperação entre colegas, as trocas diárias são fundamentais para que se obtenha encanto pelo trabalho e forças para trabalhar. Quando não ocorrem esses fatores desencadeiam desmotivação e conseqüente deterioração da saúde física e mental do trabalhador. A grande maioria, como comprova o questionário anexo e nos dados de pesquisa fornecidos pelo CPERS/Sindicato desenvolvido neste capítulo no item 2.3, responde que o trabalho é desgastante, mal remunerado, com ritmo intenso, desvalorizado, carga horária intensa, más condições de trabalho e que toda essa falta de condição proporciona o desgaste físico, mental e emocional. Para exemplificar, nove dos treze professores responderam ter dores de cabeça frequentes e mais da metade mencionou que apresenta um quadro de gastrite, dados anexos.

As realidades dos trabalhadores em educação são distintas de acordo com os fatos que vivenciam. Hoje com a desestruturação dos núcleos familiares os professores são conduzidos a resolver problemas sociais e familiares de seus alunos

e, na maioria das vezes, não há tempo nem preparo para isso. Segundo os professores, falta motivação para os alunos e participação dos pais na vida de seus filhos.

Os professores do ensino público estadual têm visto o seu trabalho tornar-se cada dia mais complexo, porque além de exercerem múltiplas funções, têm uma carga horária extremamente excessiva, trabalham com muitas turmas, atendem muitos alunos por turma, trabalham em diferentes escolas e não têm suporte de supervisão, pois esses também são poucos para muito trabalho. Uma escola, por exemplo, com média de 1200 alunos, tem disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação, 100 horas semanais de Coordenação Pedagógica e 100 horas semanais para a Orientação Educacional – dados fornecidos pelo Diretor do Instituto Estadual de Educação São José em São José do Norte, anexo como “Quadro Resumo de Necessidades de Recursos Humanos” (anexo B), distribuídas nos três turnos de funcionamento da escola, basicamente um profissional por turno, quando é possível, pois há casos como da escola onde trabalho com apenas uma Orientadora Educacional com disponibilidade de 40 horas semanais, isto porque a Coordenadoria de Educação alega não haverem profissionais disponíveis para ocupar às 60 horas restantes, ficando muito aquém diante dos problemas enfrentados no cotidiano das escolas.

Ao longo dos anos o ensino público vem sendo sucateado e os sucessivos governos colocam a culpa dos fracassos da educação nos trabalhadores. No Governo do Estado anterior ao atual, quando foi feita a pesquisa da parte física e seu funcionamento das escolas pelo CPERS/Sindicato (item 2.2 deste capítulo), as verbas escolares foram cortadas e obras de melhoramento e reposição de material quase inexistiram.

Apenas os recursos diretos do Governo Federal, como por exemplo, laboratórios de informática e livros didáticos e de literatura em geral, porém a Secretaria de Educação não fornece profissionais nem para laboratório de informática ou para biblioteca, nunca houve no Estado do Rio Grande do Sul para suprir a rede estadual de ensino concurso para bibliotecário, são professores e funcionários que suprem suas cargas horárias trabalhando nas bibliotecas e mais, salas de aula são transformadas em bibliotecas. São construídos refeitórios, banheiros, salas de aulas e até quadras de esportes – não menos importantes é claro, mas não bibliotecas ou uma sala maior para a instalação de uma biblioteca. Dados confirmados através das

respostas fornecidas pelos professores do Instituto Estadual de Educação São José quando aponta, no item 15 (sobre os aspectos problemáticos da instituição), a falta de recursos humanos, a falta de recursos didáticos, bibliotecas, profissionais para trabalharem nos laboratórios de informática e a falta laboratório de ciências.

No Governo atual, muitas obras de manutenção foram feitas nas escolas, novos utensílios fornecidos e as verbas são repassadas corretamente. Algumas escolas menores já têm substituídas suas classes e cadeiras antigas, mas ainda há casos de escolas grandes, como a que trabalho que ainda existem, em grande número materiais com pelo menos 30 anos de uso. Ainda há muito que melhorar, porque são anos de descaso.

Como dito anteriormente, o direito ao meio ambiente do trabalho saudável decorre do Direito do Trabalhador à saúde e a segurança e está garantido na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXII⁵². O meio ambiente do trabalho é o local onde as pessoas desempenham suas atividades de trabalho e deve ser salubre, sem agentes que causem danos a sua saúde física ou psíquica. É um direito que busca beneficiar a todos, porque busca garantir melhores condições de saúde e segurança.

Entende-se, portanto, como meio ambiente o local de trabalho em si, o prédio da escola e os utensílios de trabalho. Deve ser um ambiente seguro, saudável e salubre. O meio ambiente comporta não somente seus elementos naturais, físicos, concretos, mas também aquele destinado para a realização dos contratos laborais, ou seja, o meio ambiente do trabalho.

Como define Lei n. 6938/91, art. 3º, I, que define a Política Nacional do Meio Ambiente, tem-se que meio ambiente é “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”⁵³. No artigo 2º da mesma norma o meio ambiente é vinculado com a vida do cidadão:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-

⁵² Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; (BRASIL, 2014).

⁵³ BRASIL. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] ⁵⁴.

Desta feita, resta indiscutível afirmar que para se ter vida é necessário ter saúde, direito fundamental assegurado pela Constituição:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação ⁵⁵.

A preocupação com a saúde é de suma importância, por isso e quando a perdemos corremos o risco de perder o maior bem tutelado pelo direito que a vida. Neste contexto, vida e trabalho caminham juntos e sem saúde há a precarização da vida e do trabalho. Adaptamo-nos ao meio social e ao meio ambiente ao qual fazemos parte. Não obstante, a saúde é uma constante preocupação do ser humano, pois sem saúde irão aparecer os transtornos psíquicos, como os pensamentos depressivos, o humor depressivo ansioso, o decréscimo de energia e os sintomas somáticos como dores de estômago, dor de cabeça, insônia, falta de apetite e má digestão.

Segundo a Cartilha, “Cuidado! A saúde da educação está em perigo.” ⁵⁶, publicada pelo Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato em 2011 e distribuída pelos núcleos nas escolas da rede estadual, as condições de trabalho influenciam na causa do adoecimento dos trabalhadores em educação, dizendo que o estresse age sobre o ser humano como por inteiro, atingindo sua saúde e toda sua vida, também fora do trabalho. Apontam os seguintes tipos característicos de adoecimento físico mental nos trabalhadores:

- 1 – LER ou DORT (Lesão por Esforço Repetitivo ou Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho): são problemas que envolvem os tendões, os ossos e a musculatura. Como, por exemplo, tendinites de ombros, cotovelos e braços, lombalgias (dores nas costas), cervicalgias (dores no pescoço), síndrome do túnel de carpo, contraturas musculares, entre outras;
- 2 – Doenças vasculares ou do aparelho circulatório: dores nas pernas, inchaços e varizes;

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

⁵⁶ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES. Cuidado! A saúde da educação está em perigo. Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato, 2011, p. 10 e 11.

3 – Doenças do aparelho respiratório: agravamento da asma, rinites, rouquidão, tosse, dores de garganta, irritação nos olhos e na pele, esforço ao falar e cansaço ao falar;

4 – Síndrome de Burnout: a palavra vem do inglês, “Burn” (queimar) e “Out” (fora), que significa queima até a exaustão. O termo foi criado em 1970 por Herbert J. Freudenberger, psicanalista, e por Cristina Maslach, psicóloga social. Caracteriza-se por estado crônico de estresse vivenciado no ambiente de trabalho e que não diminui com descanso ou com períodos de afastamentos temporários do ambiente laboral, exaustão emocional (esgotado, sem energia, pouco tolerante, facilmente irritável e “nervoso), despersonalização (atitude desumana, distanciamento emocional, frieza, perda da empatia com as pessoas que precisam de ajuda, passa a tratar os seres humanos como “coisas”), baixa realização profissional (sentimento de decepção e frustração por não estar desenvolvendo os planos para sua vida, seus sonhos, suas ambições);

Tendo como consequências físicas: os problemas cardiovasculares (taquicardia, hipertensão e palpitações); dores de cabeça; problemas imunológicos; dores musculares; cansaço; reações alérgicas (rinite, asma, urticárias); dores de estômago; azia; diarreias; dores abdominais e alterações menstruais; e como consequências mentais: a solidão e alienação; ansiedade e impotência; apatia, agressividade e cinismo; distúrbio do sono; isolamento; distúrbios do humor e irritabilidade frequente; perda da libido; abuso de álcool e drogas (Diazepam, Rivotril, Fluoxetina); depressão e suicídio;

4 – Assédio Moral: se caracteriza por uma conduta abusiva que se dá através de comportamentos, palavras, atos, gestos, palavras que possa trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa e pôr em perigo seu emprego ou degradar seu ambiente de trabalho. Os sintomas são múltiplos e variados, pois na medida em há a destruição paulatina da identidade do sujeito, isto se reflete no corpo que adoce manifestando-se de forma variada, física ou psíquica⁵⁷.

Infelizmente, e as pesquisas comprovam, todos estes males atingem os trabalhadores em educação. Por óbvio, e nem precisaria dizer, que todas as enfermidades ao mesmo tempo atingem a uma única pessoa, um único trabalhador. As moléstias e as pessoas são distintas. No entanto, através das pesquisas é possível identificar que são diversas as doenças que causam sofrimento e acabam, por muitas vezes, destruindo a vida e a carreira dos trabalhadores em educação.

A vista do exposto, o CPERS/Sindicato, através da “CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES.”⁵⁸, preocupado em não apenas apontar os problemas que atingem os educadores também indica para o enfrentamento dos problemas relativos à saúde dos trabalhadores em educação as seguintes propostas:

1 – Construir um ambiente mental para a conscientização acerca do tema, com foco no desenvolvimento de um conceito que unifique os trabalhadores na luta contra a precarização do ambiente de trabalho, de forma participativa, de modo que todos se sintam sujeitos e possíveis vítimas do problema, caso não intervenham;

⁵⁷ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2011, p. 10 e 11.

⁵⁸ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2011, p. 21 e 22.

- 2 – Promover o debate permanente em torno da saúde do trabalhador nas várias instâncias de organização para que a discussão atinja a categoria por inteiro;
- 3 – Organizar oficinas com temas de interesse dos trabalhadores relacionados à saúde com participação de assessorias técnicas;
- 4 – Ter por objetivo organizar comissões de saúde do trabalhador em cada escola para enfrentar as questões do cotidiano na vida e no trabalho, visando, especialmente, a informação e a formação;
- 5 – Identificar os problemas físicos e psíquicos a partir da construção de instrumentos de avaliação da realidade da categoria;
- 6 – Construir um banco de dados em relação à saúde do trabalhador, que possibilite ações preventivas e de intervenção;
- 7 – Monitorar as condições de saúde do trabalhador a partir do método de identificação de casos sentinelas que possam verificar a existência do adoecimento coletivo;
- 8 – Sugerir alteração na sistemática de laudos para fins de afastamentos dos trabalhadores doentes, de forma a coibir prejuízos na esfera previdenciária e na qualidade das licenças previstas na lei;
- 9 – Conquistar um estágio de debate que gere propostas de legislação específica para normatizar a garantia da saúde do trabalhador nos locais de trabalho;
- 10 – Exigir a responsabilidade do Estado frente à saúde do trabalhador em educação para cumprir e fazer cumprir as regras que garantam o acesso à saúde enquanto princípio constitucional⁵⁹.

A preocupação do CPERS/Sindicato não está em apenas apontar os problemas, mas também em procurar juntamente com a categoria encontrar soluções. Para tanto, através de seus núcleos realizou seminários qualificando e orientando os profissionais da educação, alertando-os para o fato de que o problema é mais grave do que pode parecer, e mais, não está localizado, pois a realidade espalha-se por todo Estado, para não dizer por todo o Brasil.

Nesta esteira, formou o Coletivo Estadual de Saúde, com um grupo técnico composto por uma Médica do Trabalho – Dra. Jane Maria Réos Wolff; três Psicólogas – Daniela Zipperer Muller, Claudia Magnus e Cristina Prisco (integrantes do Laboratório de Psicodinâmica da UFRGS); dois Advogados – Paulo César Lauxen e Jeverton Alex de Oliveira Lima (Advogados e assessores jurídicos do CPERS/Sindicato).

Também, nos núcleos foram criadas Comissões de Saúde do Trabalhador vinculadas aos Coletivos Regionais de Saúde que têm por objetivo ouvir os trabalhadores em educação buscando a proteção e melhoria das condições do ambiente de trabalho e encaminhado soluções para seus problemas de saúde em

⁵⁹ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2011, p. 21 e 22.

geral, resgatando a satisfação na atuação dos profissionais que atuam na educação⁶⁰.

2.2 O ENSINO PÚBLICO PEDE SOCORRO: PESQUISA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL

O CPERS/Sindicato preocupado com as condições de trabalho dos educadores e por acreditar que as condições do meio ambiente interferem diretamente na saúde dos envolvidos no processo contratou uma pesquisa nas escolas públicas da rede estadual para avaliar suas reais condições. A pesquisa foi divulgada em forma de revista com o intuito de demonstrar o compromisso do Sindicato com a qualidade da educação pública.

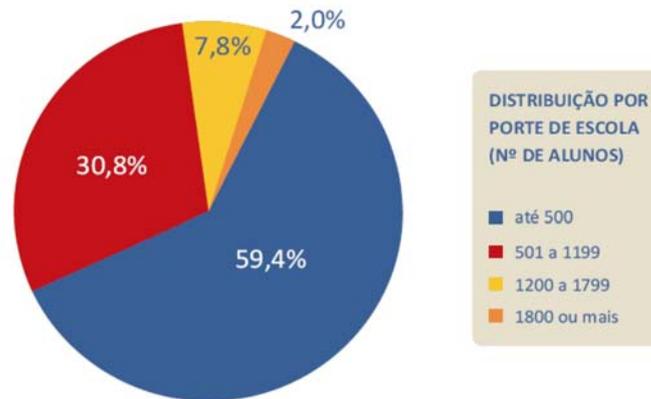
CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS

A pesquisa foi feita numa totalidade de 75,4% na Zona Urbana, onde se concentram a maior parte das escolas estaduais e apenas 24,6% na Zona Rural. Distribuída por todo o Estado, foram feitas análises nas regiões: Metropolitana (42,8%), Noroeste (25,5%), Centro-Oriental (11,3%), Nordeste (6,4%), Sudoeste (6,2%), Sudeste (5,5%) e Centro-Occidental (2,2%), sendo o percentual estabelecido pela concentração de escolas⁶¹.

⁶⁰ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.10.

⁶¹ CPERS/Sindicato. REVISTA: O ENSINO PÚBLICO PEDE SOCORRO: Pesquisa nas escolas públicas da rede estadual. Direção do CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 06.

PORTE DE ESCOLA



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

NÍVEL DE ENSINO



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

Conforme gráfico acima exposto outro fator considerado foi o porte de escola, onde a maioria das escolas que participaram da análise é de até 500 alunos (escolas pequenas), de até 1199 alunos foram 30% das escolas, 7,8% escolas com até 1799 alunos e, apenas 2% das escolas participantes têm 1800 ou mais alunos escolas⁶².

A AVALIAÇÃO DOS RECURSOS NAS ESCOLAS

É público e notório a falta de recursos humanos e materiais nas escolas da rede pública, a carência é muito grande por isso a maioria dos segmentos que fazem parte das escolas, direção, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade escolar afirmam e questionam a sua falta:

A carência de recursos humanos é apontada por todos os segmentos entrevistados como o principal problema nas escolas, seguido da falta de segurança e falta de recursos materiais.

A análise dos dados da pesquisa permite concluir que 58,5% das 226 escolas visitadas sofrem com a falta de recursos humanos. Dos diretores entrevistados, 47,1% afirmam que o número de professores disponíveis nas escolas é insuficiente e 58,5% afirmam que o número de funcionários nas escolas não atende as necessidades daquela instituição.

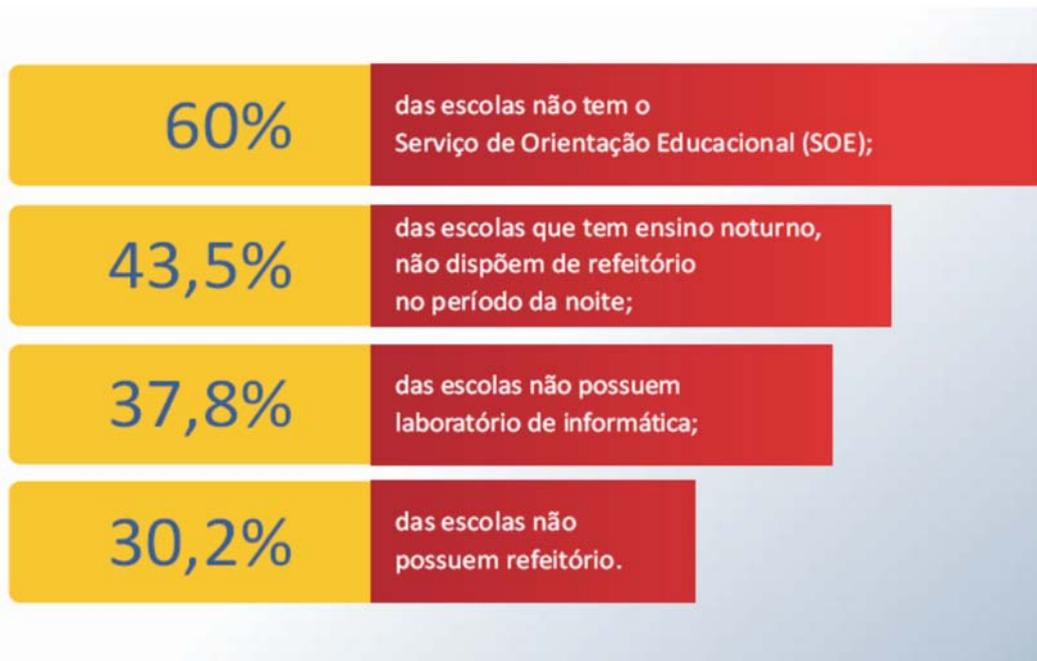
Ao serem questionados quanto ao motivo de sua resposta, entrevistados que afirmam que os recursos humanos são suficientes informam que, para garantir o atendimento aos alunos, a escola depende dos profissionais contratados e da boa vontade dos professores, que precisam ser deslocados de suas áreas de atuação⁶³.

⁶² CPERS/Sindicato, 2009/2011, p. 07.

⁶³ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.08.

A realidade do cotidiano muito antes já aponta aquilo que as pesquisas comprovam, pois não é por nada que a educação é sempre assinalada como uma das principais deficiências das gestões públicas. As carências transitam por todos os setores das escolas e dependem sempre e, principalmente, da boa vontade daqueles que fazem com que a escola siga e conquiste suas metas, ou seja, os poucos recursos humanos que fazem sua parte e suprem a parte que falta. Não fosse isso as coisas não aconteceriam, como demonstram os gráficos abaixo.

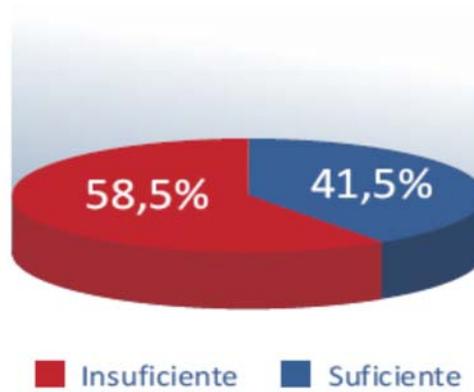
FALTAM PROFESSORES E TAMBÉM PROFISSIONAIS PARA O SOE (Serviço de Orientação Educacional), SUPERVISÃO, SECRETARIA, BIBLIOTECA E LABORATÓRIO.



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

INSUFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS

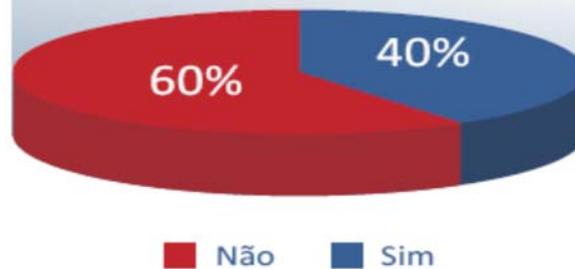
AVALIAÇÃO DA
QUANTIDADE DE
FUNCIONÁRIOS?



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

ESCOLAS QUE DISPÕE SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO

ESCOLAS DISPÕEM DE SOE?



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

SUFICIÊNCIA DE PROFESSORES



Fonte: INTERLIG-SE Ltda. Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

INCIDENTE EM RELAÇÃO À SEGURANÇA POR PORTE DAS ESCOLAS

A violência também aparece como uma das grandes preocupações dos professores, funcionários e comunidade escolar. As pesquisas demonstram que “[...] a falta de segurança faz parte do cotidiano das escolas gaúchas, pois 60,2% dos entrevistados respondem que lembram de incidentes envolvendo a segurança na escola⁶⁴.

Por óbvio, quanto maior a escola mais elevadas as reclamações de violência na escola. As escolas de grande porte e as de ensino médio registram mais eventos que envolvem a questão de segurança e problemas com drogas⁶⁵.

Com relação específica das drogas na escola a pesquisa revela que quanto maior a existência mais problemas e que são diversas as consequências, vejamos:

Outro problema que está relacionado com a violência é o aumento do uso de drogas, de seus efeitos sobre a comunidade escolar e a aprendizagem dos alunos. Dentre os entrevistados 57,5% afirmam que houve aumento no consumo do uso de drogas. As consequências do problema crescente são apontadas como o desinteresse, o baixo rendimento escolar, a evasão, a violência e o medo⁶⁶.

⁶⁴ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.10.

⁶⁵ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.11.

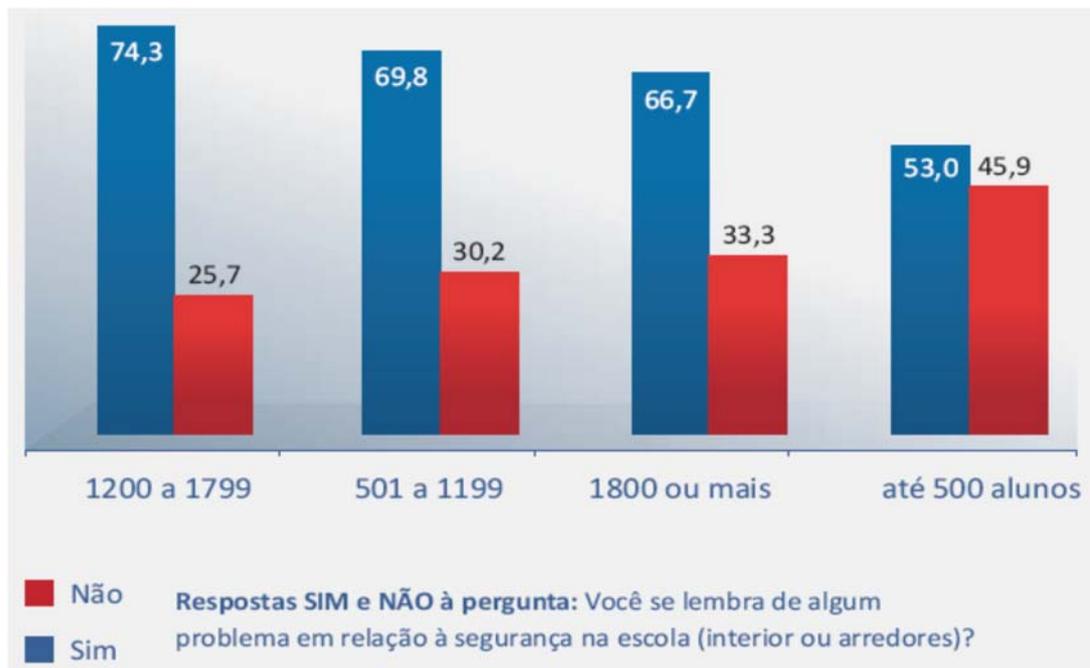
⁶⁶ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.11.

Como é possível observar os índices de violência nas escolas maiores é muito alto. Desencadeando em um quadro que além do prejuízo causado aos próprios alunos afetam a relação professor/aluno. Causando um distanciamento e um déficit maior no aprendizado.

Segundo dados da pesquisa, nos depoimentos professores dizem que pedem para que os alunos não usem drogas antes de irem para a sala de aula e também afirmam que é muito difícil lidar com dependentes químicos ou alunos que são “aviãozinho”⁶⁷.

Como pode o professor lidar com uma situação destas e agir com naturalidade, porque sua integridade física e dos demais alunos estão em perigo. Tiroteios ocorrem à luz do dia na frente das escolas nas periferias das grandes cidades. Vivemos o problema ou somos informados pelos noticiários.

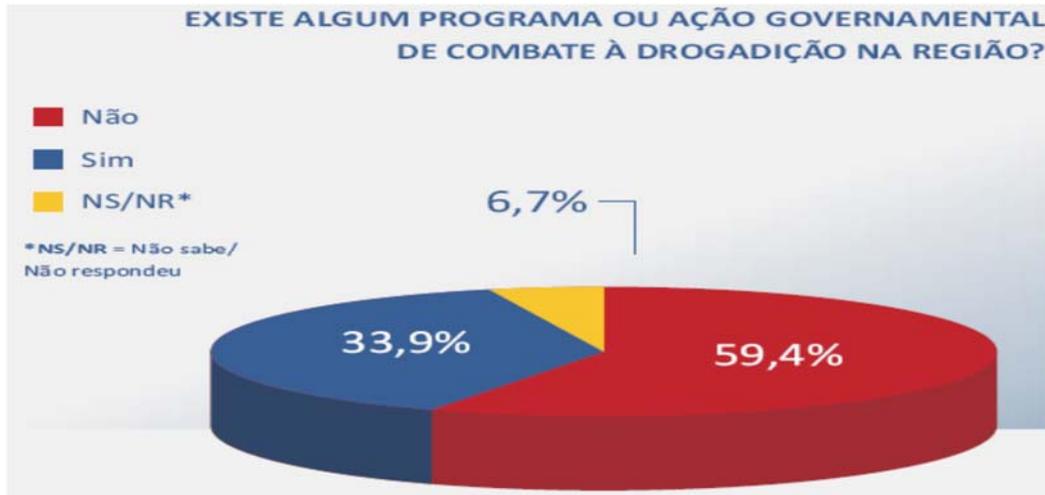
ESCOLAS POR PORTE



Fonte: INTERLIG-SE Ltda., Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

⁶⁷ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.11.

AÇÕES DO GOVERNO PARA O COMBATE À DROGADIÇÃO



Fonte: INTERLIG-SE Ltda., Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

A pesquisa revela que a maioria dos envolvidos no processo que responderam a entrevista não sabem de nenhum programa de combate à drogadição por parte do governo estadual, como demonstra o gráfico acima. Realmente as escolas procuram resolver seus problemas através do Serviço de Orientação buscando tratamento psicológico, encaminhamento para o Conselho Tutelar, Promotoria Pública ou até mesmo a Brigada Militar, mas tudo isso é feito de maneira precária, pois não existe um programa para combater estas ações (envolvimento com drogas) dentro das escolas⁶⁸.

Aqueles que responderam sim a entrevista provavelmente estavam se referindo as medidas tomadas pela própria escola como forma de contornar ou mesmo procurar resolver seus problemas com alunos envolvidos com casos violência e drogas.

⁶⁸ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.13.

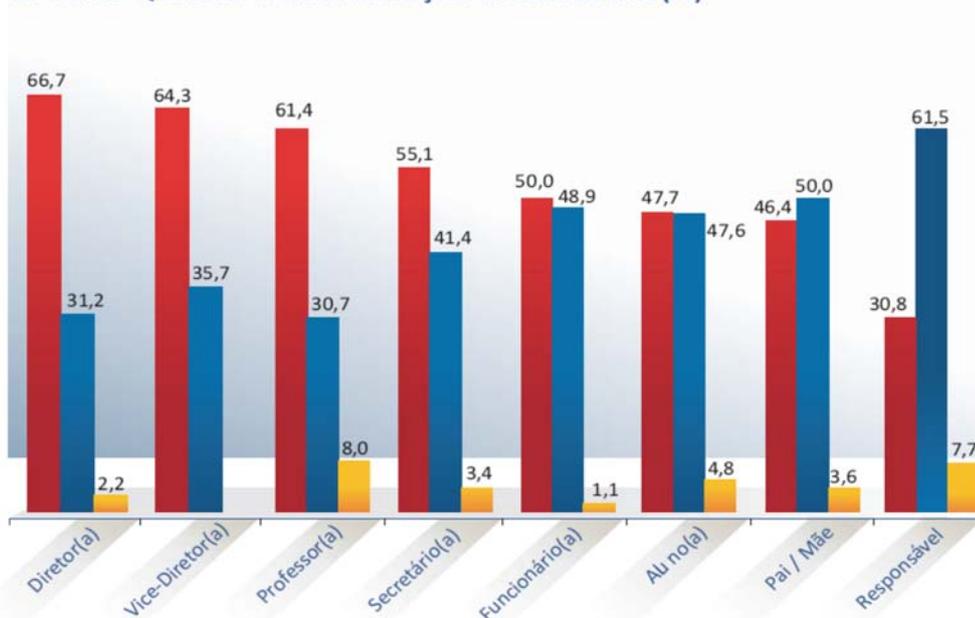
INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RS

Aquelas pessoas que vivem mais diretamente o dia a dia da escola e convivem com seus problemas mais sérios verdadeiramente estão insatisfeitos, pois com relação à infraestrutura das escolas os entrevistados responderam: “[...] a pesquisa demonstra que 57,9% do total dos entrevistados não estão satisfeitos com as condições de manutenção das escolas.”⁶⁹.

Dado interessante é revelado pelo gráfico abaixo no que tange aos pais e responsáveis, porque o envolvimento desses muitas vezes é tão pequeno que seria impossível perceber as necessidades físicas, materiais ou estruturais da escola. Pois, costumam-se dizer na escola que nas reuniões comparecem, normalmente, os pais ou responsáveis dos alunos menos necessitados para tanto.

QUANTO MAIOR O ENVOLVIMENTO COM DA ESCOLA MAIOR A INSATISFAÇÃO

OPINIÃO QUANTO À MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS (%)



Fonte: INTERLIG-SE Ltda., Pesquisa através de entrevistas face a face em 122 cidades do Estado do RS/ (julho/outubro 2009), em 226 escolas estaduais do RS.

⁶⁹ CPERS/Sindicato, 2009/2011, p.12.

■ Insatisfatória

■ Satisfatória

■ NS/NR*

*NS/NR = Não sabe/Não respondeu

2.3 PESQUISA REALIZADA SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Em 2011, com apoio do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS, foi realizada pesquisa a respeito do transtorno psíquico ou Transtornos Mentais Comuns (TMC) nos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul. Os dados foram divulgados pelo CPERS/Sindicato em agosto de 2012⁷⁰. As entrevistas foram feitas da seguinte forma:

Foram entrevistados 3.166 trabalhadores em educação, sendo usado o instrumento de morbidade psíquica delineado pela Organização Mundial da Saúde: o Self-Reporting Questionnaire (SQR-20). Os dados resultantes da pesquisa são bastante preocupantes, porque, como demonstra o gráfico abaixo, quase metade dos trabalhadores em educação sofre algum tipo de transtorno. A pesquisa constatou que 53,13 dos trabalhadores respondeu que não apresenta nenhum transtorno psíquico, mas 49,87 declarou que apresenta algum transtorno⁷¹.

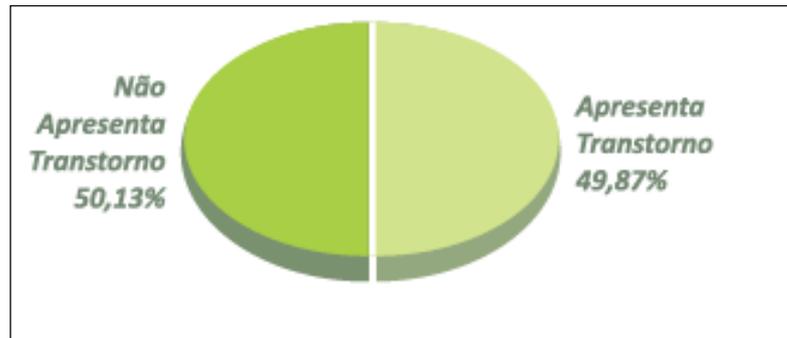
O resultado da pesquisa é a comprovação de que praticamente metade da categoria de trabalhadores estaduais em educação está doente, conforme gráfico abaixo. E as causas dessas doenças são as condições de vida e trabalho no cotidiano dos educadores, pois existe um imenso sofrimento devido à desvalorização profissional, salarial, péssimas ou difíceis condições de trabalho e a jornada de trabalho estafante enfrentada pela grande maioria⁷².

⁷⁰ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES. Cuidado! A saúde da educação está em perigo. Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato, 2012.

⁷¹ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.06.

⁷² CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.06.

POSSIBILIDADE DE TRANSTORNO PSÍQUICO NOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL EM 2011



Fonte: Publicação do Coletivo Estadual da Saúde do CPERS/Sindicato – agosto/2012. Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS.

Quando trabalhamos podemos observar que, todos os professores, com raríssimas exceções, trabalham 40 horas semanais e grande parte trabalha entre 40 e 60 horas semanais, na mesma escola ou em escolas diferentes, dados comprovados pelo questionário anexo aplicados no Instituto Estadual de Educação São José. Alguns atuam em escolas do Estado e também do Município. Sabemos que o ideal seria que todos os professores trabalhassem em sala de aula apenas 20 horas, tendo as outras 20 horas para preparar suas aulas, investindo em pesquisas e procurando maneiras de tornar o ensino mais atraente. Porém onde encontrar tempo para isso trabalhando desta maneira? O que ocorre é que os profissionais que trabalham 40, 60 horas têm uma carga horária muito além do que pode dar conta, e tudo isto para melhorar seus vencimentos no final do mês.

O Coletivo Estadual de Saúde – CPERS/Sindicato através do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS entrevistaram trabalhadores em todos os 41 núcleos do Sindicato em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Os menores índices de transtorno chegam perto dos 40%, ou seja, mais exatamente 39,90% (Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul), nos demais núcleos ficam na casa dos 50%, chegando ao índice de 60% na região Nordeste. Nos casos dos núcleos da região Sul, que classificam como Sudeste, Rio Grande e Pelotas, foram constatados

que 54,2% dos profissionais sofrem de transtornos psíquicos, dados que podem ser visualizados na tabela abaixo⁷³.

Como já aludido, os dados das pesquisas são realmente preocupantes e pedem por uma devida atenção, pois sabemos que a tendência de situações como estas é piorar, principalmente quando não tomadas as devidas providencias para buscar soluções, notemos o resultado:

Os resultados são alarmantes, inclusive quando comparados a outras categorias de trabalhadores e demais populações. O resultado encontrado na população geral de Pelotas/RS, por exemplo, foi de 28,5% de TMC. Citam-se, ainda, estudos sobre enfermeiros de uma unidade de emergência de um hospital geral (26,3% de TMC entre enfermeiras e 53,3% de TMC entre técnicas). O resultado encontrado entre os trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul é similar ao identificado em pesquisa sobre a população de moradores de rua de Belo Horizonte/MG (49,48% de TMC)⁷⁴.

A pesquisa aponta a incidência de Transtornos Mentais Comuns em todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas também diz não serem casos apenas do nosso Estado, nem tão pouco exclusividade da categoria dos trabalhadores em educação. Impressionante a informação de que moradores de rua de Belo Horizonte/MG apresentam índices semelhantes aos dos trabalhadores em educação. Evidente que os problemas que submergem são diferentes, mas o nível de estresse e sofrimento é semelhante.

⁷³ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.07.

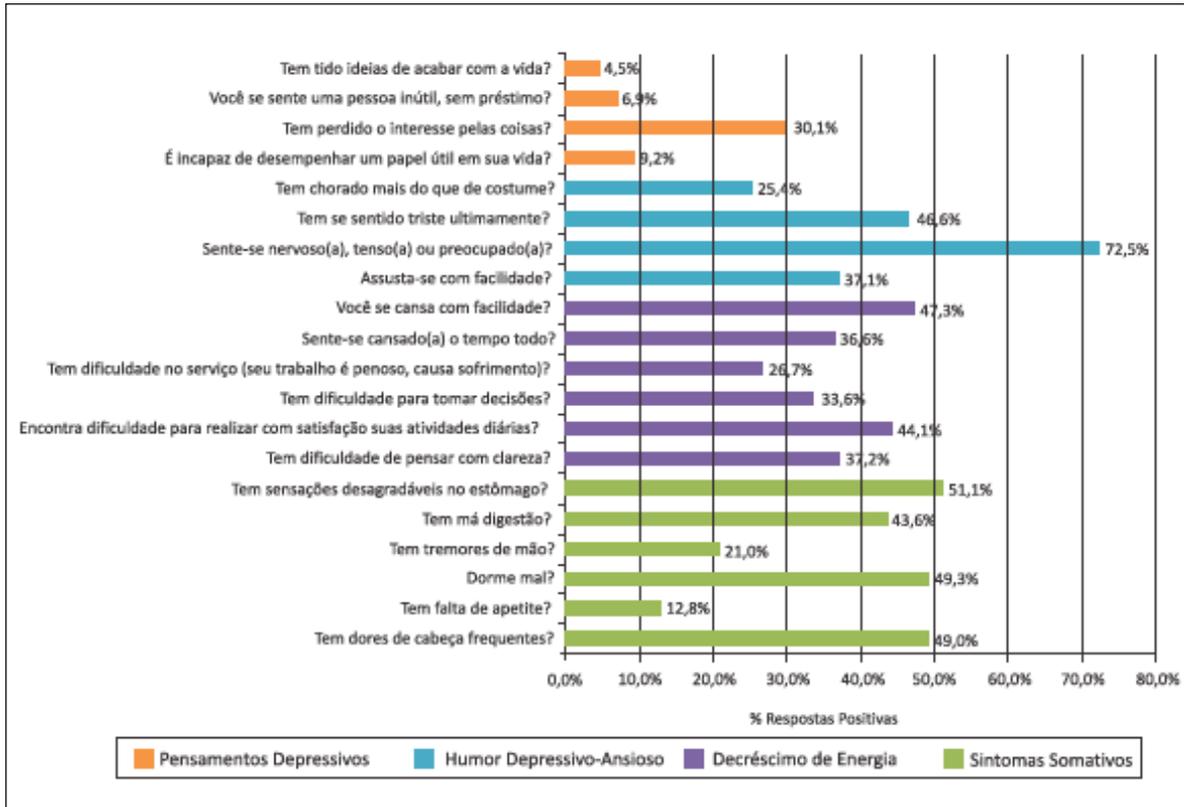
⁷⁴ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.07.

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS POR REGIÃO NO RIOGRANDE DO SUL

NÚCLEOS	REGIÃO	TMC
9º Núcleo - Santo Ângelo 15º Núcleo - Erechim	"Noroeste 3"	60,58%
7º Núcleo – Passo Fundo 10º Núcleo – Santa Rosa 11º Núcleo – Cruz Alta 27º Núcleo – Três Passos	"Noroeste 1"	57,29%
6º Núcleo – Rio Grande 24º Núcleo - Pelotas	"Sudeste"	54,2%
26º Núcleo – Frederico Westphalen 28º Núcleo - Soledade 31º Núcleo - Ijuí	"Noroeste 5"	53,60%
14º Núcleo – São Leopoldo 20º Núcleo - Canoas 22º Núcleo - Gravataí 34º Núcleo - Guaíba 38º Núcleo – Porto Alegre/ZN 39º Núcleo – Porto Alegre/ZS	"Metropolitana 1"	52,73%
5º Núcleo - Montenegro 13º Núcleo - Osório 32º Núcleo - Taquara 42º Núcleo - Camaquã	"Metropolitana 2"	52,26%
35º Núcleo – Três de Maio 36º Núcleo – Cerro Largo 40º Núcleo – Palmeira das Missões	"Noroeste 4"	51,70%
16º Núcleo – São Borja 17º Núcleo - Bagé 21º Núcleo - Uruguaiana 41º Núcleo – São Gabriel	"Sudoeste 2"	51,26%
33º Núcleo – São Luiz Gonzaga 37º Núcleo - Carazinho	"Noroeste 2"	51,00%
1º Núcleo – Caxias do Sul 25º Núcleo – Lagoa Vermelha	"Nordeste 1"	49,50%
8º Núcleo - Estrela 18º Núcleo – Santa Cruz do Sul	"Centro Oriental 2"	47,90%
3º Núcleo - Guaporé 30º Núcleo - Vacaria	"Nordeste 2"	46,40%
19º Núcleo - Alegrete 23º Núcleo – Santana do Livramento	"Sudoeste 1"	44,90%
2º Núcleo – Santa Maria 29º Núcleo - Santiago	"Centro Ocidental"	39,90%
4º Núcleo – Cachoeira do Sul	"Centro Oriental 1"	38,90%

Fonte: Publicação do Coletivo Estadual da Saúde do CPERS/Sindicato
– agosto/2012. Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS.

PRINCIPAIS SINTOMAS IDENTIFICADOS



Fonte: Publicação do Coletivo Estadual da Saúde do CPERS/Sindicato
– agosto/2012. Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da UFRGS.

Foram identificados na pesquisa os principais sintomas transtorno psíquico destes trabalhadores, aos quais prevaleceram àqueles associados ao humor depressivo-ansioso, ao decréscimo de energia vital e sintomas somáticos. Os dados foram agrupados por sintomas, os quais foram pensamentos depressivos, humor depressivo-ansioso, decréscimo de energia e sintomas somáticos, respectivamente, de acordo com gráfico acima exposto⁷⁵.

No que tange aos pensamentos depressivos, 4,5% dos trabalhadores em educação entrevistados já tiveram ideia de acabar com sua vida, 6,9% dizem se sentir inútil, 30,1% afirmam ter perdido o interesse pelas coisas e 9,2% sentem-se incapazes de desempenhar um papel útil na vida⁷⁶.

⁷⁵ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.08 e 09.

⁷⁶ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.08 e 09.

Outra questão apontada é sobre o humor depressivo-ansioso, 72,5% sentem-se nervoso (a), tenso (a) ou preocupado (a), já o sentimento de tristeza ataca 46,6% e 25,4 disseram que choram com frequência e 37,1 afirmam que se assustam com facilidade⁷⁷.

Com relação ao decréscimo de energia, 47,3% expuseram que cansam com facilidade, 36,6% se sentem cansado o tempo todo, 27,6% afirmam que seu trabalho é penoso, 33,6% têm dificuldades para tomar decisões, 41,1% não têm prazer em suas atividades diárias e 37,2% dizem não conseguir pensar com clareza⁷⁸.

A respeito dos sintomas somáticos, aqueles que afetam o físico dos trabalhadores em educação, 51,1% declararam que têm problemas de estômago, 43,6% má-digestão, 49,3% dormem mal, 12,8% têm problemas de apetite e 49,0 padecem de dores de cabeça frequentes⁷⁹. Tudo isso por consequência da corrosão de anos de sofrimento:

Tais resultados são consequências do grande desgaste que os trabalhadores em educação do Estado do Rio Grande do Sul vêm sofrendo, ao longo dos anos, determinado por vários fatores: diminuição do quadro funcional; precarização das condições e da organização do trabalho, traduzida, no cotidiano, pelo sucateamento das escolas; os baixos salários; violência nas escolas; assédio moral reiterado; falta de autonomia; falta de reconhecimento; contratos temporários; além do surgimento de novas demandas sociais que sobrecarregam ainda mais o trabalhador e que afetam diretamente sua saúde mental⁸⁰.

Como pode ser observado, através dos dados, o nível depressivo dos trabalhadores em educação é muito preocupante e reflete as condições oferecidas pelo seu meio ambiente de trabalho. E o que tem de ser observado é que estes trabalhadores estão exercendo suas funções, por óbvio, de maneira precária. Precariedade consequente de longos anos de descaso com a educação pública.

Como diz sabiamente Juçara Dutra Vieira as doenças que atingem os professores também atingem os alunos:

O mais dramático dessa situação é o fato de que a “síndrome” causa quase tantos danos aos portadores quanto aos que com ele convivem. A maior vítima desse efeito derivado são os alunos. O comprometimento das relações interpessoais é extremamente contraditório com o papel da educação. Sim, porque educação supõe investimento e troca afetiva,

⁷⁷ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.08 e 09.

⁷⁸ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.08 e 09.

⁷⁹ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p.08 e 09.

⁸⁰ CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES, 2012, p. 09.

confiança pessoal e profissional, ambiente favorável à aprendizagem. Descuidar desses fatores implica reduzir a educação a uma mera acumulação de informações e saberes⁸¹.

As condições de trabalho vêm decaindo ao longo dos anos, pois as salas de aula estão cada vez mais superlotadas, o quadro de funcionários das escolas reduzido, escolas sucateadas, baixos salários, violência nas escolas, assédio moral, falta de autonomia, famílias desestruturadas que pouco ou nada participam da educação de seus filhos, alguns pais de crianças da educação básica chegam ao ponto de dizer ao professor que não sabem mais o que fazer com o seu filho, tendo, assim, muitas vezes, o professor que assumir papéis que não são os de educador.

Como ficar insensível a tais situações? Nem devem, pois os problemas devem ser apontados e resolvidos da melhor forma possível e sempre pensando no bem estar do trabalhador, pois tudo isso pesa demais e afeta as suas condições psicológicas.

⁸¹ VIEIRA, Juçara Dutra. Identidade Expropriada: um retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE – 2ª edição, 2004, p. 24.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se do presente estudo que a divisão do trabalho delimita a liberdade de cada trabalhador escolher e organizar, ou seja, intervir sobre o conteúdo do trabalho, a divisão das tarefas e dos trabalhadores e as relações intersubjetivas na organização do trabalho. O trabalho pode ser fonte geradora de sofrimento e, conseqüentemente de adoecimento, devido às relações estabelecidas pela organização do trabalho e pelos trabalhadores. E, assim, quanto menor essa possibilidade da livre estruturação da tarefa, maior a debilitação da saúde do trabalhador⁸².

Destaca-se ainda que a liberdade de estruturar o seu trabalho possibilita ao trabalhador realizar as tarefas de acordo com sua personalidade. O sofrimento patogênico aparece quando não acontece à realização do trabalho de da maneira e no ambiente adequado, fato que debilita seu aparelho mental e psíquico.

É indispensável perceber que a saúde é de soberana importância, por isso quando a perdemos corremos o risco de perder o maior bem tutelado pelo direito que a vida. Sendo assim, podemos dizer que vida e trabalho caminham juntos e sem saúde há a precarização da vida e do trabalho. Adaptamo-nos ao meio social e ao meio ambiente ao qual fazemos parte. Não obstante, a saúde é uma constante preocupação do ser humano, pois sem saúde irão aparecer os transtornos psíquicos, como os pensamentos depressivos, o humor depressivo ansioso, o decréscimo de energia e os sintomas somáticos como dores de estômago, dor de cabeça, insônia, falta de apetite e má digestão.

As realidades dos trabalhadores em educação são muito distintas de acordo com os fatos que vivenciam. Escolas maiores ou menores, em grandes ou pequenas cidades, porém os problemas existem em todas, é claro com as devidas proporções. Escolas maiores em periferias das grandes cidades podem ter realidades bem mais alarmantes do que as situadas em pequenos municípios. Mas os problemas existem e todos são prejudicados.

Hoje em dia as famílias estão completamente desestruturadas e as crianças e adolescentes não têm o devido acompanhamento familiar. Sendo, portanto, os

⁸² DEJOURS, Christophe, 1949. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho/Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. – 5. ed. ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992, p. 52.

professores conduzidos a resolver problemas sociais e familiares de seus alunos e, na maioria das vezes, não há tempo nem preparo para isso. Com razão os professores reclamam da falta motivação dos alunos e da não participação dos pais na vida de seus filhos.

Infelizmente as pesquisas comprovam os males que atingem os trabalhadores em educação. Evidente que as doenças que alcançam os trabalhadores em educação fazem com que a qualidade de seu trabalho seja também prejudicada, as moléstias são distintas e as pessoas também. No entanto, através das pesquisas é possível identificar que são diversas as doenças que causam sofrimento e acabam, por muitas vezes, destruindo a vida e a carreira dos trabalhadores em educação.

É muito digna a preocupação do CPERS/Sindicato em assinalar os problemas e também em procurar juntamente com a categoria encontrar soluções. Os seminários realizados na preocupação de orientar os profissionais em educação, alertando-os para o fato de que o problema é mais grave do que pode parecer e mais, não está localizado, pois a realidade é de todo o Estado.

Porém, a realidade do cotidiano já aponta muito antes aquilo que as pesquisas confirmam, pois não é por nada que a educação é sempre apontada como uma das principais deficiências das gestões públicas. As carências transitam por todos os setores das escolas e dependem principalmente da boa vontade daqueles poucos recursos humanos que fazem sua parte e suprem a parte que falta.

Foram identificados na pesquisa os principais sintomas de transtorno psíquico destes trabalhadores como os associados ao humor depressivo-ansioso, ao decréscimo de energia vital e sintomas somáticos. As condições de trabalho vêm piorando ao longo dos anos, pois as salas de aula estão cada vez mais superlotadas, o quadro de funcionários das escolas reduzido, escolas sucateadas, baixos salários, violência nas escolas, assédio moral, falta de autonomia, famílias desestruturadas que pouco ou nada participam da educação de seus filhos, alguns pais de crianças da educação básica chegam ao ponto de dizer ao professor que não sabem mais o que fazer com o seu filho, tendo, assim, muitas vezes, o professor que assumir papéis que não são os de educador.

Não somos insensíveis a tudo isso, pois os problemas devem ser apontados e resolvidos da melhor forma possível e sempre pensando no bem estar do trabalhador.

Contudo, para que o sofrimento provocado pelo trabalho transforme-se em prazer, evitando esse processo de adoecimento dos trabalhadores, a escola precisa transformar-se em um espaço acessível de discussão e em que a individualidade de cada profissional seja respeitada, permitindo que ele arquitete afinidades mais aceitáveis e aprimore seus valores mais íntimos e essenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **Decreto No 53.831, de 25 de março 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D53831.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **Decreto No 83.080/79, de 24 de janeiro 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D83080impresao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 18, de 30 de Junho de 1981**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-81.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **Lei 11.301, de 10 de maio de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11301.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16/08/2014.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 01 de setembro de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES. **Cuidado! A saúde da educação está em perigo**. Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato, 2011.

CARTILHA DA SAÚDE DOS EDUCADORES. **Cuidado! A saúde da educação está em perigo**. Coletivo Estadual de Saúde do CPERS/Sindicato, 2012.

CPERS/Sindicato. REVISTA. **O ENSINO PÚBLICO PEDE SOCORRO: Pesquisa nas escolas públicas da rede estadual**. Direção do CPERS/Sindicato, 2009/2011.

Convenção número 155, da **Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra**, em 22 de junho de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1254.htm. Acesso em: 15/08/2014.

DEJOURS, Christophe, 1949. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho/Christophe Dejourns**; tradução de Ana Isabel Paraguai e Lúcia Leal Ferreira. – 5. ed. ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

MARQUES, Christiani. **A proteção ao trabalho penoso**. São Paulo: LTr, 2007.

NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros; LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. **O SNE e o cuidado com a saúde para a valorização do educador**. Revista Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v.6, n.11, julho a dezembro de 2012.

RIBEIRO, Herval Pina. **Trabalho, saúde e cidadania: As LER e os transtornos de voz**. Revista Cadernos de Educação – Saúde dos (as) Trabalhadores (as) em Educação, Brasília: CNTE, Ano XV, n.22, janeiro a junho de 2010.

SALVADOR, Mebel Wolff. **O professor e a previdência social**. Professores: direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores do ensino privado/homenagem a Evandro Lins e Silva; José Luciano de Castilho Pereira, coordenador. – São Paulo: LTr, 2008.

SANTOS, Catarina de Almeida; CAMARGOS, Edmilson Ramos. **Terceirização e adoecimento dos funcionários de escola**. Revista Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v.6, n.11, julho a dezembro de 2012.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas/Maurice Tardif, Claude Lessard**; tradução de João Batista Kreuch. 4ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Identidade Expropriada: um retrato do educador brasileiro**. Brasília: CNTE – 2ª edição, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA FEITA COM PROFESSORES DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO JOSÉ EM SÃO JOSÉ DO NORTE

QUESTIONÁRIO

I – Identificação (preenchimento não obrigatório):

1. Nome ou Iniciais:

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Idade: _____

4. Qual é a sua formação? (curso e instituição)

5. Tempo de trabalho:

II – Sobre seu trabalho:

6. Quantas horas/aula semanais trabalhas?

a) () 20 horas b) () 40 horas c) () 60 horas

7. Qual o seu cargo?

() Professor efetivo () Professor contratado () Outro: _____

8. Você considera o seu trabalho [obs: assinale a(s) principal(is) característica(s)]:

a) () Repetitivo

b) () Desgastante

c) () Prazeroso

d) () Monótono

e) () Dinâmico

f) () Frustrante

g) () Criativo

h) () Autônomo

9. Quantas turmas atendes e qual a média de alunos?

10. Levas muito trabalho para casa?

a) Sim levo sempre. Não levo nunca. c) Às vezes levo.

11. É fonte de tensão e cansaço no trabalho:

a) Má remuneração pelo trabalho que executa. Sim Não

b) Ritmo de trabalho intenso. Sim Não

c) Número excessivo de alunos por turma Sim Não

d) Indisciplina dos alunos. Sim Não

e) Não se sentir valorizado pelo trabalho que realiza. Sim Não

f) Carga horária intensa. Sim Não

g) Condições de Trabalho. Sim Não

De acordo com a legenda abaixo, responda às questões 12, 13 e 14.

5 = Muito Alto

4 = Alto

3 = Médio

2 = Baixo

1 = Baixíssimo

12- Qual o grau de autonomia que você tem nas tarefas que executa no seu trabalho?

5 4 3 2 1

13- A sua participação nas decisões que são tomadas pela gestão da escola é:

5 4 3 2 1

14- A influência da gestão e organização do trabalho nos problemas de saúde dos docentes é:

5 4 3 2 1

15- Mencione quatro aspectos problemáticos da instituição escola que interferem negativamente na realização do seu trabalho:

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____

III- Em relação à sua saúde:

- 1- Dores de cabeça frequente. () Sim () Não
- 2- Sente-se tenso ou preocupado. () Sim () Não
- 3- Sente-se cansado com frequência. () Sim () Não
- 4- Pressão Alta. () Sim () Não
- 5- Gastrite ou úlcera. () Sim () Não

ANEXO B – QUADRO RESUMO DE NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS - RH

DIRETOR (A)	
CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA
Escola com 01 turno	30h
Escola com 02 ou mais 03 turnos	40h
VICE-DIRETOR (A)	
CRITÉRIO	NÚMERO
Escolas com 100 até 250 alunos	01 (se tiver mais de um turno)
Mais de 250 alunos	01 (por turno)
VICE-DIRETOR (A) GERAL	
CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA
Escola com menos de 1000 alunos e sem Assistente Administrativo ou Financeiro	40h

SECRETARIA		
Nº DE ALUNOS	CARGA HORÁRIA	OBSERVAÇÕES
10 - 99	Direção assume as funções administrativas.	
100 - 200	40h	Agente Educacional II – Administração Escolar ou Professor com DT
201 - 500	60h	
600 - 1000	100h	
1001 - 2000	120h	
Mais de 2000	160h	

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO COM FG	CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA
	Escolas com mais de 1000 alunos e 03 turnos	20h
	Escolas Técnicas	40h

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO		
AUXILIAR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO SEM FG (CÓD. 320)	Critério	Carga Horária
	Escolas com 500 a 1000 alunos	20h
	Escolas com mais de 1000 alunos	40h

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA			
Nº de alunos	SSE	SOE	Total CH
10 - 30	DIREÇÃO ASSUME AS FUNÇÕES PEDAGÓGICAS		
31 - 99	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA		20h
100 - 200	20h	20h	40h
201 - 500 (02 turnos)	40h	40h	80h
201 - 500 (03 turnos)	60h	40h	100h
501 – 1000 (02 turnos)	60h	40h	100h
501 – 1000 (03 turnos)	80h	40h	120h
1001 - 2000 (02 turnos)	100h	80h	160h
1001 - 2000 (03 turnos)	100h	100h	200h
Mais de 2000 (02 turnos)	100h	100h	200h
Mais de 2000 (03 turnos)	120h	120h	240h

BIBLIOTECA		
Biblioteca	20h por turno de funcionamento da escola	
AGENTE EDUCACIONAL - ALIMENTAÇÃO		
Refeições Servidas	Carga Horária	Nº de Funcionários (de RT 40h)
Até 100	Discutir com a SEDUC	
101 - 200	40h	01
201 - 300	80h	02
301 - 400	120h	03
401 - 600	160h	04
601 - 1000	200h	05
Acima de 1000	240h	06

AGENTE EDUCACIONAL I – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA		
SAL DE AULAS UTILIZADAS (CONFORME SENSO ESCOLAR)	CARGA HORÁRIA	Nº DE FUNCIONÁRIOS
0 - 10	40h	01
10 - 20	80h	02
21 - 30	120h	03
31 - 40	160h	04
41 - 50	200h	05
51 - 60	240h	06
61 - 70	280h	07

Para limpeza dos banheiros, salas de uso comum e salas dos setores, carga horária conforme tabela abaixo – considere o número de alunos (Censo Escolar)

NÚMEROS DE ALUNOS	CARGA HORÁRIA	Nº DE FUNCIONÁRIOS (de RT 40h)
10 - 99	Zero	Zero
100 - 500	40h	01
501 - 1000	80h	02
1001 - 1500	120h	03
1501 - 2000	160h	04
Acima de 2000	200h	05

ANEXO C – DADOS FORNECIDOS PELA DIREÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO JOSÉ EM SÃO JOSÉ DO NORTE

AFASTAMENTOS DE PROFESSORES EM 2014

- **MARÇO = 54, sendo 11 faltas justificadas.**
- **ABRIL = 181, sendo 27 faltas justificadas.**
- **MAIO = 133, sendo 33 faltas justificadas.**
- **JUNHO = 132, sendo 28 faltas justificadas.**
- **JULHO = 177, sendo 11 faltas justificadas.**
- **AGOSTO = 157, sendo 28 faltas justificadas.**

**Neromar de Araújo Guimarães
Diretor**